



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 010

REVISTA DE ALGUMAS PUBLICAÇÕES SOBRE AMAZÔNIA

Yvan Guillaud

Belém, Março de 1993

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 010

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

REVISTA DE ALGUMAS PUBLICAÇÕES SOBRE AMAZÔNIA

Yvan Guillaud

Resumo:

A obra de Violeta Refkalefsky Loureiro, *Amazônia: Estado, Homem, Natureza* descreve as grandes etapas da organização, durante os últimos 30 anos, do que convém chamar o modelo de desenvolvimento para a Amazônia, tal como foi elaborado pelas instituições regionais e nacionais, mas também tal como evoluiu em razão dos conflitos sociais que estas mudanças cristalizaram. A autora começa logo por lembrar a situação que prevaleciam antes da ocupação recente, isto é, até o fim dos anos 1950, em que grandes extensões de terra eram ainda de um acesso relativamente livre e sobre as quais os pequenos produtores trabalhavam essencialmente para o autoconsumo, combinando atividades diversas, o que resultava no fornecimento de alimentos em abundância, mesmo com uma natureza frágil.

Palavras-chave: Amazônia. Violeta Refkalefsky Loureiro. Desenvolvimento.

Introdução

As publicações recentes sobre a Amazônia são numerosas, o que não surpreenderá se levar em consideração a importância e a diversidade dos trabalhos em curso. Portanto, só algumas obras estão aqui apresentadas, enquanto outras são unicamente mencionadas*.

I - A dinâmica do desenvolvimento amazônico

1) Um regresso à história do modelo do desenvolvimento

A obra de Violeta Refkalefsky LOUREIRO, *Amazônia: Estado, homem, natureza* descreve as grandes etapas da organização, durante os últimos trinta anos, do que convém chamar o modelo de desenvolvimento para Amazônia, tal como foi elaborado pelas instituições regionais e nacionais, mas também tal como evoluiu em razão dos conflitos sociais que essas mudanças cristalizaram. A autora começa logo por lembrar a situação que prevalecia antes da ocupação recente, isto é até o fim dos anos 1950, onde grandes extensões de terra eram ainda de um acesso relativamente livre e sobre as quais os pequenos produtores trabalhavam essencialmente para o autoconsumo, combinando atividades diversas, o que resultava no fornecimento de alimentos em abundância, mesmo com uma natureza frágil. Mas, enquanto a terra era livre, o trabalho nem sempre o era, e a economia extrativista (atividade de extração de produtos florestais em vista da venda deles no mercado) era seu arquétipo. Quanto ao Estado, caracteriza-se por sua ausência, embora distribuía algumas grandes extensões de terra para alguns setores da sociedade e deixava, para uma burguesia regional, o controle da comercialização dos produtos da agricultura ribeirinha, da pesca e do extrativismo vegetal. Esse período é marcado por um duplo movimento:

"de um lado [o movimento] consiste na apropriação privada da natureza, que se torna cada vez menos livre e acessível -o que implica na transformação da própria natureza e de seus bens em mercadorias ; e, de outro lado, significa também a transformação do trabalho do homem que, gradativamente, vai aumentando as horas de trabalho destinadas à produção de bens que têm preço no mercado e reduzindo as horas de trabalho destinadas à produção para o autoconsumo ; e, na medida em que sua jornada de trabalho passa a se aplicar principalmente à produção de mercadorias, vai o seu próprio trabalho se convertendo, também ele, em mercadoria" (LOUREIRO, p. 46).

* Esse texto é uma tradução de uma crônica bibliográfica que deve ser publicada no próximo número (nº 20) da revista francesa Cahiers du Brésil Contemporain do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo (CRBC) da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Paris. Agradeço ao Ministério francês das Relações Exteriores pela sua ajuda financeira através da bolsa Lavoisier, ao N.A.E.A. por sua acolhida e a Philippe LENA que aceitou revisar meu português.

Esses movimentos aceleram-se com a inauguração de Brasília, a abertura de estradas e o levantamento da Operação Amazônia (1966-67) cujo objetivo central era a integração da Amazônia ao desenvolvimento nacional. A autora analisa minuciosamente os projetos sucessivos. Para começar, uma tentativa regionalista que toma a aparência de um projeto consensual e parece responder as expectativas dos diversos setores da sociedade: estabilização das populações ocupando a "fronteira", implantação de pólos de desenvolvimento a fim de industrializar a região e, à maneira do modelo aplicado no resto do Brasil, definição de uma política de substituição de importações que se utiliza da política de incentivos fiscais e do apelo ao capital estrangeiro e à mão-de-obra excedente das outras regiões do país. É naquela época que são elaborados os dois Planos Quinquenais de Desenvolvimento (1967-1975), mas sem verdadeira reflexão sobre o conteúdo de uma política de modernização para a Amazônia, a elite regional orienta a política de desenvolvimento para a industrialização, a dinamização das atividades produtivas tradicionais, bem como para a injeção de capital extra-regional nesses setores, na mineração, na agricultura e na exploração da madeira. No entanto, o fracasso da industrialização regional mostra uma evidência: a Amazônia não é o resto do país. O projeto regionalista foi modificado nos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento seguintes (1972-79) que previam uma integração física mais forte com a extensão das estradas, a ocupação humana dos espaços vazios com programas oficiais de colonização, o desenvolvimento econômico a cargo do setor privado subsidiado por incentivos fiscais, bem como a implantação do pólo Carajás.

O Estado federal torna-se então um ator central do desenvolvimento. Em consequência dessas evoluções, a percepção da Amazônia como "fronteira" de recursos naturais é ressaltada, uma vez que a orientação é para a corrida pela apropriação privada da terra (com sua concentração gerando sérios conflitos) e na preferência pela agroindústria. O saldo dessa dinâmica é visível, entre outras consequências, nos importantes danos ao meio ambiente. Esse livro, com os numerosos testemunhos e documentos que oferece adquire uma dimensão das mais expressivas, em particular quando trata dos conflitos fundiários, para os quais a autora propõe uma tipologia minuciosa de acordo com suas causas (venda fraudulenta ou com ocupantes, processo de colonização oficial, grandes projetos, falência da reforma agrária, ações judiciais e evicção de posseiros, reação ao trabalho escravo-arregimentação forçada, conquista de territórios regulamentados). Finalmente:

"A efervescência econômica da região criou novas modalidades de trabalho, mas a incorporação se dá nos níveis mais baixos, desprovidos de conteúdos técnicos e fora do mercado formal, na maior parte dos casos." (idem, p. 337).

O crescimento rápido de cidades miseráveis na periferia de cidades planejadas pelos grandes projetos mostra:

"o rompimento das antigas formas e padrões naturais da sociedade regional e a perda ou inexistência da identidade cultural do homem -natural ou migrante- com a natureza amazônica. De tal forma que este se sente incapacitado de explorá-la sem predação e desperdício ou, quando natural, de permanecer nela. O resultado é uma

população inquieta e pobre, que percorre os enormes espaços regionais privatizados pelo capital, em busca de melhores condições de vida e trabalho, dentro do mais rico e vasto espaço natural do planeta" (idem, p. 342).

A conclusão é logo sem apelo :

"O empobrecimento econômico das classes urbanas, a super-exploração do trabalho nas fronteiras econômicas, o desapossamento das classes, mais os comprometimentos ambientais, têm contribuído grandemente para o questionamento do projeto desenvolvimentista do Estado, como representativo do interesse coletivo; e aumentado a consciência crítica acerca do mito da neutralidade do Estado brasileiro. [...] Assim, se o grande projeto -que sustenta o modelo econômico- é, de um lado, gerador de riquezas monetárias, sua contra-face apresenta-o como desagregador da sociedade original e semeador da pobreza de caráter urbano" (idem, pp. 352-353 & 355).

Esse último livro de V. Loureiro só pode acirrar o debate sobre o modelo de desenvolvimento amazônico em curso, mas também sobre as opções alternativas possíveis. Apesar de que constitua uma verdadeira mina de informações, estruturadas com perspicácia, essa obra falta às vezes de precisão quanto a caracterização das classes sociais nos conflitos regionais.

O Mestrado de *Pedro Vicente COSTA SOBRINHO, Capital e trabalho na Amazônia Ocidental - Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre* ata-se, como seu subtítulo indica-o, a descrever a história das lutas sindicais no Acre, do início do século até o fim dos anos 1970. Esse trabalho não deixa, todavia, de contar o desenvolvimento, durante o século passado, da economia extrativista centrada na coleta da borracha, insistindo sobre as características próprias da submissão da força de trabalho ao capital mercante através do aviamento: sistema de endividamento do seringueiro (coletor do látex que transforma em borracha por fumigação) junto ao proprietário -o "patrão"- do seringal (lugar onde encontram-se os árvores de borracha) através do qual o primeiro, recebe do segundo os elementos necessários para sua sobrevivência e cujo valor é descontado, em equivalente-borracha, do volume da coleta. A importância, no Acre, da economia extrativista e suas flutuações durante o século, fizeram com que as lutas sindicais fossem sempre muito presentes ao longo da sua história. O autor lhes confere, aliás, uma dimensão expressiva pelo apelo a numerosos documentos da época, muitas vezes pouco conhecidos. Essa obra, sem, todavia, fazer referência ao debate atual ao redor das "reservas extrativistas", conquistada pelo movimento seringueiro, contribui para esclarecer-lo.

2) Alguns temas atuais

O último número da revista francesa *CAHIERS DE SCIENCES HUMAINES*, segundo volume dedicado às recomposições sociais na América Latina, contem quatro artigos sobre o Brasil (mais

outros sobre o México). A economia extrativista é abordada nos artigos de *Florence PINTON e Laure EMPERAIRE, L'extractivisme en Amazonie brésilienne -Un système en crise d'identité e, também, de Christian GEFFRAY, La dette imaginaire des collecteurs de caoutchouc*. O primeiro trata do extrativismo como uma das atividades de uma comunidade de pequenos camponeses e mostra que os freios sócio-econômicos à melhoria das espécies vegetais coletadas fazem com que se trata de uma atividade em declínio, enquanto que a intensificação da agricultura é percebida como um meio de alcançar uma autonomia frente ao "patrão" através do acesso ao mercado. O segundo estuda minuciosamente as relações sociais que ligam os seringueiros ao "patrão" do seringal no extrativismo tradicional. Pode deduzir-se deste trabalho que a sujeição do seringueiro ao "patrão" não depende fundamentalmente do aviamento, mas na verdade da constituição de um mercado cativo. Pois, o "patrão" cria um mercado cativo não só instaurando-se, como único intermediário entre o seringueiro produtor da borracha e o mercado onde esta sendo vendida, mas também proibindo ao seringueiro toda atividade agrícola de subsistência e logo sendo seu único recurso para o acesso aos bens necessários para sua sobrevivência. A dívida criada no começo, pelo avanço desses bens, é então reproduzida cada ano por simples manipulação da diferença entre os preços dos adiantamentos feitos ao seringueiro e da borracha fornecida ao patrão. Logo o seringueiro nunca acumula (mantido fora da esfera monetária), e o excedente que libera é integralmente captado por seu patrão. Esse último, com quem parece que estabeleça relações mercantes pela venda, não remunerada por causa de dívida, de sua coleta de borracha, compra na verdade sua força de trabalho, paga pelos bens adiantados necessários a sua reprodução. Portanto, trata-se de uma relação mercante fictícia, a dívida mesma é, portanto, imaginária. Tudo sendo inserido numa relação personalizada, a dívida é cada vez lembrada, mas sem que isso crie algum empecilho para o fornecimento de novos avanços. O seringueiro torna-se, portanto, obrigado do patrão que afirma assim sua dominação. Por uma série de acontecimentos que o autor recorda (abertura da região, queda dos preços da borracha, transformação do seringal em pastagem), é essa ficção que desmorona. A luta que segue para reencontrar uma dignidade perdida e impedir o desaparecimento do extrativismo lançou mão da aliança com os ecologistas -para quem o extrativismo é um meio de proteger a floresta da destruição- teve por consequência a criação das "reservas extrativistas". Mas, além da criação das reservas como meio de acabar com a dominação patronal, a aliança com os ecologistas comporta uma contradição maior:

"o espetacular reconhecimento público dessas pessoas [os seringueiros] foi feito as custas de uma falsificação do conteúdo social da existência deles. [...Tornaram-se] ecologistas, sábios conhecedores dos inefáveis mistérios da floresta que veneram, dotados de uma espontaneidade comunitária notável e desprovidos, em contrapartida, desses desejos consumidores que são o quinhão comum do resto da humanidade. [...] Contudo, cada um sabe sobre os altos rios que os seringueiros não hesitariam, se tivessem os meios, o interesse e o direito, em cortar a floresta para vendê-la. [...Por isso] os seringueiros devem contar hoje com ela [essa imagem de ecologista] : é um dado novo, objetivo, de sua condição contemporânea. Em virtude

dessa imagem, pois, edificam-se as novas instituições com as quais deverão conviver, em particular nas reservas de extração" (GEFFRAY, p. 724, tradução pessoal).

Enfim, o artigo de Philippe LÉNA, *Expansion de la frontière économique, accès au marché et transformation de l'espace rural en Amazonie brésilienne* vai no mesmo sentido do que o artigo precedente, acrescentando a questão da inserção das reservas extrativistas no espaço rural :

"Muitos pequenos colonos (titulares de lotes de 50 hectares) usaram na nossa frente a palavra "latifundiários" para qualificar os "novos" seringueiros [entre os quais cada família dispõe de 15 hectares para suas culturas e cerca de 300 hectares pela coleta do látex]. O fato de que a terra fica propriedade do Estado não constituía para eles um argumento convincente, sabem muito bem que na Amazônia, a apropriação privada de terras públicas é o fenômeno mais comum. Além do mais, o Conselho Nacional dos Seringueiros reconhece quasi oficialmente que o futuro da profissão encontra-se mais do lado da agricultura." (LENA, p. 590, tradução pessoal).

Assim está formulada a questão essencial, que justifica o poder atrativo da Amazônia: o acesso à terra a fim de ter uma vida melhor. Ora, de acordo com o autor, nas condições atuais a procura de um excedente monetário na Amazônia só pode ser alcançado pela exploração extensiva e destruidora da natureza. O último artigo sobre o Brasil nesses CAHIERS DE SCIENCES HUMAINES é o de Philippe HAMELIN, *Mutations au Brésil vue d'Amazonie* onde as mutações sócio-políticas da "fronteira" são abordadas com o exemplo do município de Uruará.

A "fronteira" está no centro da coletânea de textos *Amazônia - A fronteira agrícola 20 anos depois* publicada pelos organizadores de um seminário do mesmo nome, ocorrido em 1988 em Belém, Philippe LÉNA e Adélia Engrácia de OLIVEIRA. Nesta obra são apresentados resultados -atualizados na hora da publicação- de trabalhos de campo os mais diversos: do estudo das populações indígenas e dos aspectos religiosos aos sistemas de produção e à fixação dos preços, passando pelos conflitos ligados ao processo de ocupação e as particularidades regionais. Trata-se de uma descrição muito rica do fenômeno de "fronteira", do qual poderá perceber-se melhor a diversidade. A introdução da obra redigida pelos organizadores do seminário enfoca bem esses trabalhos, especificando (pp. 10-12) a importância da distinção entre o conceito de "fronteira" e a "frente" efetiva, concreta. O conceito reagrupa alguns fenômenos cuja conjunção transforma um espaço específico em região de "fronteira": atividades econômicas são maciçamente dirigidas para ela num movimento de desconcentração espacial definitiva a fim de integrá-la à sociedade nacional, sem que as populações nativas, geralmente pouco numerosas, tenham os meios culturais, econômicos e políticos de opor-se ao processo. Então, dentro dessa região coexistem atividades econômicas não-integradas, as novas implantações sendo enclaves utilizando pouco, ou em postos pouco qualificados, a mão-de-obra local. Decisão essencialmente política, a desconcentração prioriza os interesses nacionais, frente aqueles da região. Quanto à "frente", é a materialização da combinação dessas forças produtivas com relações de

produção multiformes. Essa distinção permite então de entender melhor "a heterogeneidade crescente do espaço amazônico, devido à justaposição, sobreposição, interação e evolução diferente de frentes as mais diversas." (LENA & OLIVEIRA, p. 10). A produção agrícola é múltipla: agricultura de subsistência, agricultura camponesa que se caracteriza por sua relação ao mercado e todos os graus intermediários com, em alguns casos, a presença de uma forma de aviação, mas também agricultura industrial e criação de gado. Ora, a colonização camponesa está em crise: só as atividades cujo custo de produção é baixíssimo estão em medida de ser rentáveis, no quadro da economia nacional, em razão dos custos de transporte, de uma baixa integração regional e da concorrência de outras regiões onde a adaptação de produtos amazônicos (como a borracha) faz-se com vantagem. Todavia, isso não diminui, pelo pequeno camponês, o poder atrativo da Amazônia, pois:

"mesmo uma agricultura de baixa rentabilidade pode representar uma solução para certas camadas da população, o que significa uma tendência à expansão das frentes agrícolas não capitalizadas" (LENA & OLIVEIRA, p. 19).

Por conseguinte o apelo aos métodos extensivos de produção favorece o desmatamento, embora seja necessário lembrar que os pequenos camponeses não são os principais responsáveis do desmatamento. Ora:

"As áreas já desmatadas (em torno de 415 000 km.2) são teoricamente suficientes para obter uma produção agrícola (ou de biomassa) considerável (se não levar em conta os empecilhos ligados à distância e aos custos de transporte). Acrescentando 800 000 km.2 para manejo sustentado da floresta (com possibilidade de enriquecimento) e mais os impostos sobre a produção mineral, a região poderia oferecer empregos para uma população de oitenta milhões de habitantes (ou seja, quatro vezes a população atual) deixando dois terços da Amazônia como reserva de biodiversidade e banco de gens. [...] a única solução definitiva é o desenvolvimento, regional e nacional, que constitui a melhor forma de tornar a base produtiva e o crescimento econômico menos dependentes dos recursos naturais e mais moderados no seu uso" (idem).

Uma tal conclusão nós parece todavia dever ser relativizada pela reflexão efetuada por V. Loureiro sobre o tipo de desenvolvimento econômico até agora acionado, certamente fundado sobre a exploração dos recursos naturais. Tratar-se-ia então de reconsiderar o modelo de desenvolvimento regional, e não só favorecer o desenvolvimento, o que de modo nenhum é coisa fácil...

A brochura bilíngüe *As "fronteiras" agrícolas do Brasil, segundo o censo agropecuário de 1985 / Les "frontières" agricoles du Brésil, d'après le recensement agricole de 1985 de Dora Rodriguez HEES, Evangelina X. G. de OLIVEIRA, Hervé THÉRY e Philippe WANIEZ* é um bom complemento ao livro anterior na medida em que dá a possibilidade de visualizar a fronteira amazônica no espaço nacional brasileiro graças ao tratamento cartográfico dos dados do censo, cuja base é o município e não o distrito, mas pequena divisão administrativa. Seja como for, os mapas apresentados são mapas do Brasil, isto é bastante generalizantes. É assim possível de comparar, ao nível dos Estados componentes da federação, as características estudadas da fronteira amazônica com

aquelas das outras regiões do país. Os mapas sintetizam os dados sobre o valor da produção rural e seu tipo (animais de grande porte, lavouras temporárias, extração vegetal), o tipo de produtores (proprietários - entre eles os absenteístas-, administradores, ocupantes e propriedades governamentais), a estrutura fundiária, a força de trabalho (assalariados, serviços de empreitada, máquinas), o valor do capital e enfim a estrutura das despesas (adubos, sementes, combustíveis). Esse estudo estatístico da situação rural de 1985 ganharia a ser "dinamizada" por um tratamento equivalente do censo seguinte, por exemplo, com o censo demográfico de 1991 em curso de processamento e que, a o que parece, contém uma dimensão agrícola.

A obra coletiva *Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia : fatos e perspectivas* editada por Adalberto Luís VAL, Roberto FIGLIUOLO e Eliana ELDBERG é o primeiro volume de uma série que deveria representar uma fonte de informações preciosas por seu esforço de síntese e de atualização dos conhecimentos científicos já acumulados. Composto de artigos breves que dão os elementos essenciais nos diferentes ramos a fim de fornecer uma base pelo aprofundamento ulterior, a obra é essencialmente voltada para as ciências da natureza: uma primeira parte trata do meio ambiente (clima, zoneamento ecológico, tipos de ecossistemas e impacto da barragem de Tucuruí), uma parte aborda as questões dos recursos vegetais (inventário, estudos florestais -espécies, potencialidades silvícolas, indústrias,...) e outra fala dos recursos animais (em particular os recursos aquáticos e as potencialidades da piscicultura, os insetos,...), com uma referência especial para as técnicas apropriadas de conservação e de industrialização dos produtos pesqueiros. É pois um dos interesses do livro que lembrar a importância e a vulnerabilidade -em particular em razão da construção de barragens e da poluição pelo mercúrio- dos recursos aquáticos muitas vezes desprezados até agora. Enfim, a obra aborda o social através das relações da saúde com a alimentação e a política educativa do Instituto mesmo.

II- Orientações para depois da "Rio 92"

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que foi realizada no Rio de Janeiro em junho último, incentivou numerosas publicações na perspectiva de sua preparação.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) que reagrupa os países que partilham a Amazônia (com a exceção da França por sua posse guianense) suscitou a publicação da obra *Amazonia without myths* pela COMMISSION ON DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT FOR AMAZONIA integrada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o próprio T.C.A.. Esse texto deu-se como objetivo distinguir a realidade da ficção para entender melhor as realidades do vasto ecossistema amazônico. Essa região, mais do que qualquer outra talvez, é marcada pelo mito. Desde o início, pois, os conquistadores ibéricos do século

XVI dão-lhe um nome em referência às amazonas, guerreiras míticas da Antiguidade. Depois, o fato de tratar-se da maior floresta densa tropical úmida do mundo fez com que foi percebida como um espaço homogêneo, vazio, à parte alguns indígenas e camponeses miseráveis, isolados do resto do mundo. Conforme o interessado situar-se na Amazônia ou fora, será portador de mitos diferentes e muitas vezes opostos: assim, por exemplo, o amazônico, nativo ou migrante, perceberá em geral as populações indígenas e a floresta como obstáculos ao desenvolvimento, enquanto que o forasteiro verá nelas sua maior riqueza. O novo interesse por esse espaço, com as recentes preocupações ecológicas, nem sempre está isento de criação de novos mitos: o constatamos com o artigo de C. Geffray sobre os seringueiros. O documento do Tratado, sobre esse último ponto não fugiu da regra: depois de lembrar legitimamente o interesse dos conhecimentos desenvolvidos pelas populações indígenas em matéria de manejo sustentável da floresta, os autores fazem o amálgama entre esses últimos, os seringueiros e outros ribeirinhos que todos teriam desenvolvido "estratégias pertinentes e tecnologias apropriadas". Mesmo se isso for provavelmente o caso por alguns grupos indígenas, seria necessário não esquecer que, para outros, a busca de um excedente monetário, a fim de ter acesso aos bens de consumo para melhorar sua existência, consistiu uma tendência atual de primeira importância. Por conseguinte, a exploração da natureza de maneira sustentável não é necessariamente a regra. Todavia, essa obra conserva um grande mérito, o de destruir numerosos mitos para apresentar a realidade como tal, e não de maneira idealizada: a Amazônia é efetivamente imensa, sua bacia estende-se sobre uns 7 045 000 km.2, enumerar a quantidade relativa, em termos mundiais, de água, de espécies animais e vegetais, de minerais que contem, formaria uma lista impressionante, mas é, como já apontamos, muito heterogênea e seus 20 milhões de habitantes são cada vez mais urbanos e interligados com a economia mundial. A Amazônia não é mais isolada, somente distante..

A coletânea de textos *Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso*, publicada sob a coordenação de José Marcelino Monteiro da COSTA, faz também parte dessa onda de publicações do antes do "Rio 92", mas desta vez trata-se de um conjunto de trabalhos de pesquisadores amazônicos. A significação desse livro é inteiramente no seu título: verdadeira argumentação pela perseguição do desenvolvimento econômico já realizado e a recusa virulenta de uma transformação eventual da Amazônia em reserva ecológica. Sobre esse último ponto só podemos concordar: negar a uma população a possibilidade de utilizar os recursos locais a fim de melhorar sua existência, é remetê-la a uma alteridade na qual não reconhecer-se-ia provavelmente: ser valentes ecologistas que limitam voluntariamente o volume dos recursos que tiram da natureza.

Mas, se no *Prefácio* (pp. 9-14) Clara PANDOLFO recorda algumas verdades sobre a ocupação da Amazônia, em particular que o coração da floresta tropical úmida é pouco atingido pela atividade humana e que o essencial das alterações da cobertura vegetal, que nós parecemos longe de ser marginais, está na periferia florestal e concerne os cerrados e porções de florestas semi-úmida de

transição, a autora não pode abster-se de revigorar um mito resistente, o do complô internacional sobre a Amazônia -que tem o "mérito" entre outros de esconder as responsabilidades dos atores regionais e da federação :

"A qualquer observador atento não escapa a percepção do cerco que se vem fechando em torno da Amazônia, numa articulação estrategicamente organizada, para mantê-la isolada e inexplorada, a título de reserva para o futuro." (PANDOLFO in COSTA, p. 10).

Depois vem uma série de afirmações conforme as quais alguns setores propõem o extrativismo vegetal como modelo preferencial para a região, a construção de estradas e o desenvolvimento energético sendo "ferozmente combatidos" (p. 11). Por conseguinte, de acordo com a autora:

"Pretender que esse seja o modelo desejável para a ocupação econômica da Amazônia é querer condenar a região à perpetuidade da pobreza, da incultura e da estagnação produtiva. [...] A Amazônia não pode continuar indefinidamente como mera fornecedora de matérias-primas sem usufruir benefícios da exploração dos recursos com que a natureza a privilegiou." (idem, pp. 11 & 14).

A questão da viabilidade do extrativismo vegetal é tratada por Alfredo Kingo Oyama HOMMA, no seu artigo *A (ir) racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia* (pp. 163-201) com a ajuda da análise teórica da economia dos recursos naturais. Conforme essa abordagem, efetivamente, quando o preço de um produto natural cresce com a demanda, no primeiro momento, a domesticação do produto é procurada. Essa reação é tanto mais real que o produto natural é marcado não só por uma inelasticidade das quantidades em relação aos preços (a longo prazo e mesmo a curto prazo já que o crescimento da oferta vai defrontar-se com o esgotamento do recurso, na medida em que a regeneração natural constitui um problema central), mas ainda porque não pode enfrentar as sérias vantagens da domesticação (em particular o aumento da produtividade do trabalho e da produção). Numa segunda etapa, tanto mais o produto natural (seja extraído ou domesticado) é fonte de lucros, quando mais torna-se rentável de desenvolver substitutos sintéticos, caracterizados por uma grande elasticidade preço-quantidade (para não falar das considerações estratégicas de independência em relação as fontes reduzidas de abastecimento, como isso foi o caso com a borracha). Tanto mais o fenômeno será acentuado que os custos da extração serão fortemente crescentes, e que as zonas mais acessíveis já foram exploradas. Todavia, a experiência da borracha mostra que os substitutos sintéticos não eliminam totalmente o produto natural (extraído ou domesticado) em razão de suas características específicas. Enfim, no caso da Amazônia, um outro elemento explica a persistência dos produtos naturais : o avanço da fronteira

agrícola tem muitas vezes como efeito de transformar a terra em pastagem, daí a destruição do recurso natural extrativo, mas o fato de que o valor de cessão do seringal corresponde somente ao valor da floresta nua sem levar em consideração a eventual melhoria do estoque do recurso faz com que o extrativismo não desapareça totalmente. Em compensação, o avanço da fronteira em regiões de extrativismo que até agora estavam isoladas faz com que os seringueiros têm então novas oportunidades de trabalho (em particular, supõe-se, na cidade), contanto, todavia, que eles não sejam presos por suas dívidas fictícias, o que o autor não leva em consideração. Aliás, é significativo constatar esse silêncio do autor sobre a situação real. Este mantém-se na teoria da utilização dos recursos naturais que recorre, em particular, à uma certa racionalidade econômica dos agentes e proíbe toda percepção das relações de dominação no quadro do sistema produtivo, o que por consequência restringe a amplitude da compreensão das mudanças sociais em curso. Ora, a existência das reservas extrativistas abalou as relações sociais e convém levá-lo em consideração. Apesar disso, o autor faz-lo de uma certa maneira, considerando que :

"No caso do extrativismo da seringueira, no qual o seringueiro autônomo é patrão e empregado ao mesmo tempo, a sua permanência na atividade está ligada ao suposto padrão salarial que julgar justo" (HOMMA in COSTA, p. 202).

Ora como:

"A atividade extrativa, notadamente a de coleta, pode ter uma alta sustentabilidade agrônômica e ecológica, mas a sua sustentabilidade econômica e social no contexto de longo prazo é duvidosa. A baixa produtividade da terra e da mão-de-obra constituem suas principais limitações. A sua viabilidade está restrita para condições de baixa densidade populacional e de estagnação econômica" (idem, p. 199).

Isso não impede apesar de tudo que:

"O extrativismo vegetal ainda deverá continuar por muitos anos na Amazônia. Principalmente, aqueles recursos naturais que apresentam grande estoque, devem ser estimulados a sua extração econômica. Mas, ao mesmo tempo, deve se ter em conta que a domesticação é inevitável e deve ser estimulada para atender ao crescimento do mercado no futuro. As reservas extrativas devem ser entendidas, portanto, como uma medida "provisória" ou uma maneira de "comprar tempo" até que sejam substituídas por outras alternativas mais rentáveis" (idem, pp. 200-201).

Uma tal conclusão deveria infalivelmente ser levada em consideração nas pesquisas sobre a transformação das reservas extrativistas em pólo de ecodesenvolvimento. Tanto mais que o futuro da borracha amazônica é pelo menos dos mais incertos a partir do momento em que cresce a domesticação no Brasil - até agora insignificante neste país-, em particular desde 1987 no Estado de São Paulo onde a "doença das folhas" é bem menor e a borracha obtida de melhor qualidade. Levando esses elementos em consideração, a existência das reservas extrativistas pode provavelmente favorecer

a elaboração de um desenvolvimento agrossilvopastoril, socialmente, ecologicamente e economicamente sustentável; de qualquer forma, oferece essa possibilidade que de modo nenhum deve ser desprezada, a fim de sair do "subdesenvolvimento sustentado".

Para passar a uma dimensão mais agronômica, o artigo de *Ítalo Claudio FALESI, Efeitos da queima da biomassa florestal nas características do solo da Amazônia* (pp. 140-162) fornecem uma confirmação científica - já do conhecimento da população local - que, nas condições amazônicas, a queima é a melhor maneira para transformar uma floresta num espaço de atividades agrossilvopastoris: graças as cinzas, o solo é enriquecido de modo importante em elementos nutritivos que melhoram assim sua fertilidade. O único problema da utilização da queima, desde que a substituição de uma porção de floresta original por outros tipos de vegetação está decidida, é sua libertação de dióxido de carbono e logo sua participação ao "efeito estufa". De qualquer forma, um melhor aproveitamento da madeira presente nas áreas destinadas ao desmatamento parece não somente possível, mas também desejável, o que permitiria criar empregos e reduzir a libertação de dióxido de carbono. Coloca-se então a questão complexa da organização de uma economia regional, assunto fora das preocupações diretas deste artigo.

Enfim, o coordenador da publicação, *J. M. M. da COSTA*, no seu artigo *Impactos econômico-territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia* (pp. 40-115) avalia o padrão atual de desenvolvimento econômico da Amazônia, insistindo deliberadamente sobre o lado positivo das modificações realizadas. Assim, nota uma ruptura com o padrão tradicional que queria que a economia amazônica dependesse da exportação de algumas matérias primas (drogas do sertão, borracha,...) e uma reorientação para um desenvolvimento endógeno graças à criação de uma rede de comunicações à altura da região. Esta não é mais isolada e a estagnação que seguir a derrota do ciclo da borracha deixou o lugar para um forte crescimento econômico do produto interno bruto (PIB) regional, da ordem de 5,78 % ao ano durante os anos 1980, e chega a representar assim 3,49 % da produção nacional no lugar dos 2,15 % de 1970 (pp. 51-52). A estrutura produtiva complicou-se, com um setor industrial sendo responsável, em 1985, de 41,14 % do P.I.B. regional, contra somente 15,1 % em 1970, e o setor agrícola, no mesmo tempo, não conseguiu mais do que 16,03 % contra 23,55 % anteriormente, produzindo cada vez mais produtos alimentares básicos (arroz, feijão, milho, mandioca, tomate, banana e cítricos) essencialmente, aliás, como resultado do aumento das áreas cultivadas e não por causa do aumento dos rendimentos (pp. 59-64). Enfim, as exportações regionais são muito mais diversificadas que anteriormente: produtos mineiros e energéticos, agrícolas, florestais e pesqueiros, mas também bens de consumo industriais (som, vídeos,...). Todavia, tem que constatar o que parece esquecer o autor, que essas evoluções não rompem fundamentalmente com o padrão tradicional, já que se trata em grande parte de produtos ora diretamente resultados da natureza sem grande transformação, ora montados na zona franca de Manaus, atualmente em plena crise. O autor em conclusão, apresenta

uma série de indicadores sociais (pp. 83-91) que tendem a demonstrar que a Amazônia, em 1988, situa-se acima da média nacional no que concerne a esperança de vida (68,2 anos contra 64,9), a taxa de alfabetização (88,1 %, mas no que concerne somente as áreas urbanas, contra 81,1), o acesso a energia elétrica (92,9 % contra 85,9), a nível de escolarização alcançado (54 % dos mais de 20 anos têm mais de 4 anos de escolaridade contra 41,2). Porém, a região situa-se abaixo da média nacional para o acesso à água (60,3 % contra 69,2) e no nível nacional para a mortalidade infantil (47,5 ‰). Se o rendimento domiciliar per capita é abaixo da média nacional de 8,7 %, a proporção dos domicílios acima da linha de pobreza está na região mais elevada (75,4 % contra 73,8) e a concentração da renda muito pouco abaixo (coeficiente de Gini de 0,61 contra 0,63). Essa concentração da renda continua de aumentar na Amazônia desde 1970 (o coeficiente de Gini era de 0,54) e a pobreza urbana agravou-se no curso do último decênio (20 % em 1980 contra 29 em 1988) apesar de que tenha caído desde 1970 (44,3 %). Em resumo, com todos esses indicadores, parece difícil de fazer um balanço positivo, o que não impede o autor de concluir que :

"a continuidade do desenvolvimento é fundamental para a própria conservação do meio ambiente e preservação de áreas inadequadas à exploração de recursos naturais" (COSTA, p. 105).

Uma tal conclusão seria compreensível se, de um lado, fosse acompanhada por um estudo do impacto do crescimento econômico sobre o meio ambiente e se, de outro lado, o conteúdo mesmo do desenvolvimento fosse distinguido do crescimento econômico. Essas duas precauções são completamente ausentes, ao contrário da obra de V. Loureiro. Enfim, afirmando que a preservação só diz respeito as áreas impróprias a sua exploração, a tomada em consideração do meio ambiente no processo de desenvolvimento -cuja continuidade não estamos questionando- não é, na verdade, feita de maneira nenhuma pelo autor. Não é inútil lembrar, a propósito da continuação do desenvolvimento e de sua relação com o meio ambiente, que a Conferência do Rio afirmou precisamente que não era questão de forma alguma de impedir o desenvolvimento em prol da preservação do meio ambiente - o que deveria tranquilizar os autores desta obra-, mas que a questão central é harmonizar essas duas exigências contemporâneas.

O último número da revista *PARÁ DESENVOLVIMENTO* consagrada a Amazônia eco-visões insere-se no debate da compatibilidade do desenvolvimento econômico com a proteção da natureza pelo intermediário de um artigo (UHL & al., pp. 13-21) sobre as potencialidades oferecidas por algumas árvores frutíferas, a reabilitação de pastagens degradadas e o manejo sustentável da exploração da madeira, e também com um artigo (FEARNSIDE, pp. 42-47) conforme o qual a capacidade de suporte humano em área florestal seria sustentável ao redor de 24 pessoas/km.2, o que é considerável, mesmo se for razoável contar com muito menos. Nota-se também um longo artigo de

Roberto SANTOS (pp. 48-61) que sintetiza questões relativas à Amazônia e ao desenvolvimento. Enfim, é apresentada (M. F. da COSTA & al., pp. 62-84) uma síntese dos resultados da primeira etapa do zoneamento ecológico-econômico do Estado do Pará. Esse consistiu em definir as zonas e subzonas com suas características físico-naturais e sócio-econômicas, tornando logo possível o estabelecimento de uma política de desenvolvimento sustentado apropriada para cada espaço considerado.

Para obter os dados completos sobre esse último assunto, consultar-se-á a revista *ESTUDOS PARAENSES Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Pará -1* que lhe é inteiramente dedicada.

O *Final Report da C.E.S.S.E.D. - CONFERENCE ON ENVIRONMENTALLY SOUND SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE HUMID TROPICS* preparado por Miguel CLÜSENER-GODT, Ignacy SACHS e Juha I. UITTO, resume os trabalhos da reunião que realizou-se em Manaus dos dias 13 a 19 de junho de 1992 e que, por um acaso do calendário, foi o primeiro encontro internacional depois da Conferência do Rio. As possibilidades de transformar concretamente as recomendações da Agenda 21 adotada no Rio estiveram na ordem do dia. A Conferência passou em revista o estado dos conhecimentos num certo número de ramos (os relatórios dos Relatores são apresentados no anexo) e destacou as prioridades de pesquisa seguintes: i) manejo dos recursos renováveis para um desenvolvimento sócio-econômico sustentado (cujos ramos essenciais são a reabilitação das áreas degradadas, os sistemas Agroflorestais, o manejo florestal, o estabelecimento de reservas extrativistas e de reservas da biosfera e a utilização racional da biodiversidade em benefício das populações locais, indígenas, e dos respectivos governos), ii) manejo do meio ambiente urbano, iii) saúde e meio ambiente, iv) biodiversidade e reservas da biosfera, v) recursos minerais e vi) clima et hidrologia. Foi afirmada a importância da colocação em comum, entre os países do Sul, de capacidades de pesquisa (equipes multinacionais ou trabalhando sobre assuntos comuns ou complementares), de capacidades de formação (criação de material didático, troca de jovens pesquisadores, de professores e de estudantes) bem como a importância da circulação das informações sobre as experiências adquiridas (conferências, workshops, publicações comuns, instauração de redes de comunicações). Pois:

"Um lucro apreciável pode ser tirado do estudo comparativo, nas regiões do Sul, dos sucessos relativos do manejo dos recursos e dos processos de desenvolvimento que preenchem aos três critérios de equidade social, de sustentabilidade ecológica e de eficiência econômica. Um estudo comparado dos fracassos seria igualmente pertinente" (CESSED, p. 1, tradução pessoal).

Foi questão da implantação dos programas de cooperação seguintes: estabelecimento de um Doutorado sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento nos Trópicos Úmidos na Universidade Federal do Pará em Belém; organização, pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), de

um Simpósio Internacional sobre as Estratégias Tecnológicas para a Transição para um Desenvolvimento Agrossilvopastoril Sustentado em 1994 em Belém; estudo do manejo do meio ambiente urbano a partir do caso de Manaus, comparado com uma cidade asiática e africana; e enfim, estabelecimento de um Programa Internacional de Pesquisa sobre a Saúde de Base nos Trópicos Úmidos. A fim de financiar tais atividades plurianuais de cooperação Sul-Sul, além das contribuições dos organismos internacionais, foi recomendada a instauração pelos países industrializados de fundos patrimoniais ("endowment funds") em benefício das instituições de pesquisa dos países do Sul, de preferência a recorrer ao financiamento direto de projetos individuais.

~~~~~

Terminamos essa crônica bibliográfica indicando a publicação pela revista CIÊNCIA HOJE de uma coletânea de seus precedentes artigos num volume especial Amazônia que fornece assim um volume lindíssimo, verdadeiro caleidoscópio das numerosas facetas da Amazônia contemporânea.

**Referências:**

*CIÊNCIA HOJE*: Amazônia volume especial, dezembro de 1991 (160 pp.), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Rio de Janeiro (RJ, Brasil).

*COMMISSION ON DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT FOR AMAZONIA*: Amazonia without myths Inter-American Development Bank (IDB) - U.N.D.P. - T.A.C., Washington D.C. (USA), 1992.

*CONFERENCE ON ENVIRONMENTALLY SOUND SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE HUMID TROPICS (CESSED)* : Final Report (prepared by : CLÜSENER-GODT Miguel , SACHS Ignacy, UITTO Juha I., Manaus 13-19 June 1992) United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO/Man and the Biosphere Programme) - UNAMAZ - U.N.U. - T.W.A.S., Paris (France), July 1992 (6 pp. + 72 pp of annexes).

*COSTA José Marcelino Monteiro da* (coordenador) : Amazônia : desenvolvimento ou retrocesso Cejup (coleção Amazoniana n° 2), Belém (PA, Brasil), 1992 (351 pp).

*COSTA SOBRINHO. Pedro Vicente*: Capital e trabalho na Amazônia Ocidental -Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre Cortez - UFAC, São Paulo (SP, Brasil), outubro de 1992 (189 pp).

*ESTUDOS PARAENSES*: Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Pará -1 n° 58, 1991 (113 pp. + 2 mapas ao 1/2000000), Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), Belém (PA, Brasil).

*GEFFRAY Christian*: La dette imaginaire des collecteurs de caoutchouc Cahiers de Sciences Humaines, vol. 28, n° 4, 1992 (pp. 705-725), Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTOM), Paris (France).

*HAMELIN Philippe* : Mutations au Brésil vue d'Amazonie Cahiers de Sciences Humaines, vol. 28, n° 4, 1992 (pp. 729-748), Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTOM), Paris (France).

*HEES Dora Rodriguez, OLIVEIRA Evangelina X. G. de, THÉRY Hervé, WANIEZ Philippe*: As "fronteiras" agrícolas do Brasil, segundo o censo agropecuário de 1985 / Les "frontières" agricoles du Brésil, d'après le recensement agricole de 1985 GIP Reclus - I.B.G.E. - ORSTOM, Montpellier (France), 1992 (16 pp).

*LÉNA Philippe*: Expansion de la frontière économique, accès au marché et transformation de l'espace rural en Amazonie brésilienne Cahiers de Sciences Humaines, vol. 28, n° 4, 1992 (pp. 579-601), Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTOM), Paris (France).

*LÉNA Philippe, OLIVEIRA Adélia Engrácia de* (organizadores): Amazônia -A fronteira agrícola 20 anos depois Museu Paraense Emílio Goeldi (coleção Eduardo Galvão) - ORSTOM, Belém (PA, Brasil), 1991 (363 pp).

*LOUREIRO Violeta Refkalefsky*: Amazônia: Estado, homem, natureza Cejup (coleção Amazoniana n° 1), Belém (PA, Brasil), 1992 (367 pp).

*PARÁ DESENVOLVIMENTO*: Amazônia eco-visões edição especial, junho de 1992 (98 pp), Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), Belém (PA, Brasil).

---

*PINTON Florence, EMPERAIRE Laure* : L'extractivisme en Amazonie brésilienne -Un système en crise d'identité Cahiers de Sciences Humaines, vol. 28, n° 4, 1992 (pp. 685-703), Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTOM), Paris (France).

*VAL Adalberto Luís, FIGLIUOLO Roberto, ELDBERG Eliana* (editores): Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia: fatos e perspectivas Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus (AM, Brasil), 1991(440 pp).